



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº 13601.000196/00-05
Recurso nº 136.514 Embargos
Matéria RESSARCIMENTO DE IPI
Acórdão nº 204-03.530
Sessão de 04 de novembro de 2008
Embargante FAZENDA NACIONAL
Interessado Quarta Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI

Período de apuração: 01/04/2000 a 30/06/2000

EMBARGOS. OMISSÃO.

Configurada omissão no texto da decisão proferida, deve esta ser sanada pelo acréscimo da expressão “ressalvada à Fazenda Nacional a apuração do montante devido”.

Embargos acolhidos.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros da Quarta Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em acolher os embargos de declaração para sanar a omissão, sem efeitos infringentes. Esteve presente o Dr. Amador Outerele Fernandez.


HENRIQUE PINHEIRO TORRES
Presidente


JULIO CÉSAR ALVES RAMOS
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Rodrigo Bernardes de Carvalho, Nayra Bastos Manatta, Ali Zraik Junior, Sílvia de Brito Oliveira, Marcos Tranchesi Ortiz e Leonardo Siade Manzan.

Relatório

A Fazenda Nacional interpôs embargos à decisão proferida pela Câmara em 21 de novembro de 2007 com base no voto do relator Airton Adelar Hack.

Na ocasião, foi reconhecido o direito à fruição do ressarcimento de saldo credor de IPI decorrente de aquisições de insumos anteriores a 31 de dezembro de 1998, afastando -se a necessidade de cumprimento do quanto disposto no art. 5º da IN SRF n.º 33/99.

A insurgência da Fazenda Nacional diz respeito apenas à inexistência no voto condutor da necessidade de aferição da liquidez e certeza do crédito postulado, o que não fora feito nas etapas anteriores em virtude de a negativa ter-se amparado apenas na necessidade de observância daquela determinação.

Efetivamente, a ressalva de que o direito creditório deferido deve passar antes pelo exame da autoridade fiscal, sempre citada em decisões do gênero, não constou no voto elaborado pelo relator.

Em virtude da renúncia do Conselheiro-Relator, o processo foi a mim redistribuído pelo Sr. Presidente.

É o relatório.

Voto

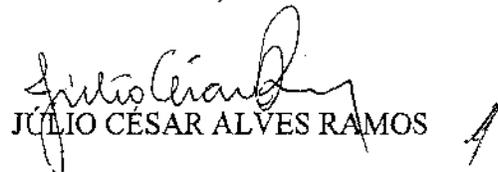
Conselheiro JÚLIO CÉSAR ALVES RAMOS, Relator

Os embargos devem ser acolhidos para sanar a omissão detectada. De fato, é uníssono o entendimento de que a Câmara analisa apenas o direito, cabendo à SRF a apuração do montante a que faz jus o contribuinte na forma aqui deferida.

Por isso, proponho acrescentar ao dispositivo do voto a expressão: “ressalvada à Fazenda Nacional a apuração do montante devido”.

É como voto.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 2008.


JÚLIO CÉSAR ALVES RAMOS